



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	17.325,42	17.325,42
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	17.325,42	17.325,42
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	17.325,42	17.325,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	17.325,42	17.325,42
DEFICIT (VI)			785.290.153,04	
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	785.307.478,46	17.325,42



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Superavit Financeiro		-	-	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	671.458.000,00	785.418.391,60	785.162.827,18	782.037.599,82	778.347.319,26	255.564,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	496.927.000,00	602.670.677,00	602.547.727,24	602.547.727,24	600.847.823,37	122.949,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	174.531.000,00	182.747.714,60	182.615.099,94	179.489.872,58	177.499.495,89	132.614,66
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	145.000,00	145.000,00	144.651,28	109.574,61	109.574,61	348,72
INVESTIMENTOS	145.000,00	145.000,00	144.651,28	109.574,61	109.574,61	348,72
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	671.603.000,00	785.563.391,60	785.307.478,46	782.147.174,43	778.456.893,87	255.913,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	671.603.000,00	785.563.391,60	785.307.478,46	782.147.174,43	778.456.893,87	255.913,14
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	671.603.000,00	785.563.391,60	785.307.478,46	782.147.174,43	778.456.893,87	255.913,14
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (b)				
DESPESAS CORRENTES	86.928,17	4.957.732,74	4.255.176,43	3.798.718,90	789.484,48	456.457,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	86.928,17	4.957.732,74	4.255.176,43	3.798.718,90	789.484,48	456.457,53
DESPESAS DE CAPITAL	-	698.372,91	697.632,93	697.632,93	739,98	-
INVESTIMENTOS	-	698.372,91	697.632,93	697.632,93	739,98	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	86.928,17	5.656.105,65	4.952.809,36	4.496.351,83	790.224,46	456.457,53

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2024
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (b)			
DESPESAS CORRENTES	337.978,53	1.098.081,55	1.436.060,08	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	865.622,00	865.622,00	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	337.978,53	232.459,55	570.438,08	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	337.978,53	1.098.081,55	1.436.060,08	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024

INFORMAÇÕES GERAIS

Ministério Público é o órgão Estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, por exemplo, quando um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

Embora não sendo um "Poder", o Ministério Público é uma instituição independente, e apesar de ligada ao Estado, não é vinculada a nenhum dos poderes da República, sendo dotada de ampla autonomia administrativa, funcional e financeira, exercendo parte da soberania estatal.

A Procuradoria-Geral de Justiça é a unidade administrativa central do Ministério Público do Estado, é a sede funcional do Procurador-Geral de Justiça, do Corregedor-Geral, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Item	Descrição	Comentário
1	Bases de mensuração – Reconhecimento e Mensuração de Ativos .	Os ativos não financeiros/imobilizados foram ajustados tendo como base as diretrizes do Ato Regulamentar N.º 026/2019 – GPGJ que dispõe sobre os procedimentos a serem utilizados para o reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizados, assim como para a implementação da depreciação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1 - NOTAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

Item	Descrição	Comentário
1	Detalhamento das receitas e despesas	Os valores que constituem a receita são, na verdade, repasses realizados pelo Tesouro Estadual deduzidos do valor do superávit apurado no exercício anterior, no valor de R\$ 783.835.648,60. A execução orçamentária, no exercício de 2024 foi de R\$ 785.307.478,46.
2	Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)	A Lei Orçamentária Anual autorizou inicialmente recursos no valor de R\$ 671.603.000,00. No exercício, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 114.000.000,00 e descentralização de crédito no valor R\$ 39.608,40, referente ao Convênio 5/2022 celebrado entre a Procuradoria-Geral de Justiça e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.
3	Procedimento adotado em relação aos restos a pagar .	Do total de R\$ 11.546.341,15, inscrito em restos a pagar em 2024, foram pagos até o mês de dezembro o valor de R\$ 8.943.088,33.

2 - NOTAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP (Itens Relevantes)

Item	Descrição	Comentário
1	Detalhamento do Imobilizado .	A conta Imobilizado é constituída por bens móveis no valor de R\$ 100.568.851,62 menos sua depreciação no valor de R\$ 59.950.664,55 e por bens imóveis no valor de R\$ 197.691.703,63. A depreciação de imóveis totalizou R\$ 6.828.568,28.
3	Detalhamento do Passivo Circulante	A conta passivo circulante é constituída por valores referentes a seguro-garantia de R\$ 11.239.151,40, consignação em folha a pagar no valor de R\$ 1.246,89, conta-caução no valor de R\$ 256.722,04, restos a pagar processado no valor de R\$ 2.446.834,22 e obrigações previdenciárias no valor de R\$ 3.173.024,68.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP (Itens Relevantes)

Item	Descrição	Comentário
1	VPA - Transferências e Delegações Recebidas.	O total dos valores da conta contábil Transferências Intragovernamentais e resultante dos seguintes atos: a) valores repassados pelo Tesouro Estadual no valor de R\$ 783.835.648,60; b) transferência de bens móveis, imóveis e intangível do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Maranhão no valor de R\$ 6.480.895,28; c) transferência entre contas da mesma unidade gestora no valor de R\$ 500.000,00; d) estornos de R\$ 262.781,95; e) devolução referente a repasse de convênio no valor de R\$ 11.097,70; f) Doação recebida de bem imóvel no valor de R\$ 2.071.857,03.
2	VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.	O valor constante na conta uso de material de consumo é resultante, também, de despesas concedidas por meio de suprimentos de fundos.

4 – TRANSPARÊNCIA FISCAL

As ações resultantes da execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Procuradoria-Geral de Justiça, estão de forma pormenorizada e em tempo real, disponível no site oficial: <https://www.mpma.mp.br/portal-da-transparencia/execucao-orcamentaria-e-financeira/>.

São Luís/MA em 11/03/2025.

TATIANA ALVES DE PAULA
COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS